



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RECURSO ESPECIAL Nº 1792538 - ES (2019/0013244-3)

RELATORA : MINISTRA NANCY ANDRIGHI
RECORRENTE : JUPTER COMERCIO DE VEICULOS DE CACHOEIRO LTDA
ADVOGADOS : CLAUDIO FERREIRA FERRAZ E OUTRO(S) - ES007337
JOSÉ GERALDO PINTO JÚNIOR - ES008778
ÁLLEX WILLIAN BELLO LINO - ES014600
RECORRIDO : PATRICIA FERREIRA MACHADO
ADVOGADOS : ALEXANDRE CARVALHO SILVA E OUTRO(S) - ES010925
RODRIGO FORTUNATO PINTO - ES012703
INTERES. : PEUGEOT-CITRÖEN DO BRASIL AUTOMÓVEIS LTDA
ADVOGADOS : PATRICIA PERTEL BROMONSCHENKEL BUENO E
OUTRO(S) - ES009395
SANDRO RONALDO RIZZATO - ES010250
INTERES. : BANCO DAYCOVAL S/A
ADVOGADOS : FÁBIO ROBERTO DE ALMEIDA TAVARES E OUTRO(S) -
SP147386
RAFAEL ANTÔNIO DA SILVA - SP244223

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER CUMULADA COM INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E COMPENSAÇÃO POR DANOS MORAIS. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. SIMILITUDE FÁTICA. AUSÊNCIA. SÚMULA 7 DO STJ. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. PREJUDICADO.

1. Obrigação de fazer cumulada com indenização por danos materiais e compensação por danos morais.
2. O dissídio jurisprudencial deve ser comprovado mediante o cotejo analítico entre acórdãos que versem sobre situações fáticas idênticas.
3. A incidência da Súmula 7 do STJ prejudica a análise do dissídio jurisprudencial pretendido. Precedentes desta Corte.
4. Recurso especial não conhecido.

DECISÃO

Cuida-se de recurso especial interposto por JUPTER COMERCIO DE VEICULOS DE CACHOEIRO LTDA fundamentado na alínea "c" do permissivo constitucional.

Recurso especial interposto em: 24/10/2017.

Concluso ao gabinete em: 28/01/2019.

Ação: obrigação de fazer cumulada com compensação por danos morais e

indenização por danos materiais, ajuizada por Patrícia Ferreira Machado em face da recorrente. Alegou a autora ter adquirido um veículo junto à recorrente e, ao tentar realizar o emplacamento, fora impedida ante a existência de gravame em razão de alienação fiduciária, constituída em favor do Banco Daycoval S/A.

Sentença: acolheu a preliminar de ilegitimidade passiva arguida pelas partes Banco Daycoval S/A e Peugeot - Citroen do Brasil Automóveis Ltda e julgou parcialmente procedente a ação, a fim de condenar a recorrente ao pagamento de compensação por danos morais no importe de R\$ 10.000,00, corrigidos monetariamente, e ao pagamento de R\$ 1.000,00 a título de indenização por danos materiais, além de custas processuais e honorários advocatícios.

Acórdão: deu parcial provimento à apelação de Patrícia Ferreira apenas para atribuir à recorrente, responsável pelo evento danoso, a condenação dos honorários advocatícios devidos aos patronos das partes tidas por ilegítimas. (e-STJ, fl. 427)

Embargos de Declaração: opostos pela recorrente, foram rejeitados.

Recurso especial: alega divergência jurisprudencial quanto à adequada interpretação dos artigos 85 e 117, 338, parágrafo único e 339, *caput*, todos do CPC, sob o fundamento de que a verba sucumbencial decorrente do afastamento das partes tidas como ilegítima cabem à recorrente, porquanto foi ela quem as trouxe à lide.

RELATADO O PROCESSO, DECIDE-SE.

Julgamento: aplicação do CPC/2015.

- Da divergência jurisprudencial

A falta da similitude fática, requisito indispensável à demonstração da divergência, inviabiliza a análise do dissídio.

Além disso, a incidência da Súmula 7 desta Corte acerca do tema que se supõe divergente (quem deu causa à inclusão nos autos das partes tidas como ilegítimas), impede o conhecimento da insurgência veiculada pela alínea "c" do art. 105, III, da

Constituição da República. Nesse sentido: AgInt no AREsp 821337/SP, 3ª Turma, DJe de 13/03/2017 e AgInt no AREsp 1215736/SP, 4ª Turma, DJe de 15/10/2018.

Forte nessas razões, NÃO CONHEÇO do recurso especial, com fundamento no art. 932, III, do CPC/15.

Previno as partes que a interposição de recurso contra esta decisão, se declarado manifestamente inadmissível, protelatório ou improcedente, poderá acarretar na condenação às penalidades fixadas nos arts. 1.021, § 4º, e 1.026, § 2º, do CPC/15.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 20 de março de 2020.

MINISTRA NANCY ANDRIGHI
Relatora